



Faculdade de Ciências da Saúde - FACS
Curso de Psicologia

***O Feminino reprimido: um estudo junguiano sobre a
Feminilidade***

RENATA PASINI DE MENEZES

Brasília, novembro de 2003

RENATA PASINI DE MENEZES

**O FEMININO REPRIMIDO: UM ESTUDO JUNGUIANO
SOBRE A FEMINILIDADE**

**Monografia apresentada como
exigência para conclusão
do curso de graduação em Psicologia
Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
Faculdade das Ciências da Saúde – FACS
Orientadora: Maria do Carmo de Lima Meira**

Brasília, novembro de 2003

AGRADECIMENTOS

Agradeço a meus pais e minha irmã pelo apoio que sempre me deram durante esta jornada na psicologia. Agradeço, também, aos meus amigos e professores, pelo conhecimento que me proporcionaram, a amizade, a ajuda que sempre me deram quando precisei. Obrigada meu grande companheiro e amor da minha vida, Eduardo, por sempre estar ao meu lado, pela compreensão, apoio, e por todo carinho durante este momento de encerramento de uma etapa da minha vida.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo conscientizar sobre a importância do resgate dos valores e saberes femininos para a humanidade. Essa discussão é feita a partir da leitura junguiana sobre como se construiu e constitui, atualmente, o feminino e qual é o seu significado, para o ser humano ao longo da história. A primeira parte: *A Era da Grande Deusa*, fala sobre o significado do feminino na época do matriarcado e como prevalecia como valor humano, a segunda parte: *A Era do pai*, fala do medo do feminino, por parte do homem na época do patriarcado, a necessidade da repressão dessa polaridade para que se instaurasse os valores masculinos e as consequências da prevalência desses valores para o ser humano. A terceira parte: *o mundo pós-patriarcal: o resgate do feminino* discute a emergência do feminino com o movimento feminista, as transformações no mundo social, a crise de identidade da mulher e sua busca no referencial masculino do que é ser mulher. Concluiu-se que para que os valores femininos tenham novamente reconhecimento, é necessário que cada ser humano encontre dentro de si seus aspectos femininos, pois somente quando for restaurada sua dignidade é que o feminino poderá ser integrado nos seres.

ÍNDICE

Introdução.....	05
Parte 1 – <i>A Era da Grande Deusa</i>	09
Parte 2 - <i>A Era do Pai</i>	17
Parte 3 – <i>O mundo pós-patriarcal: o resgate do feminino</i>	25
Conclusão.....	36
Referências Bibliográficas.....	39

*“ Todo mundo concorda em que há fêmeas
na espécie humana; constituem hoje,
como outrora, mais ou menos a metade
da humanidade; e contudo dizem-nos
que a feminilidade corre
perigo.”
(Simone de Beauvoir, 1980. p.07)*

A humanidade é dividida em dois mundos: o ocidental e o oriental. Em cada um há uma característica marcante que distingue um do outro, e ao mesmo tempo os une porque ambos necessitam aprender com a sabedoria do outro para se desenvolver e viver melhor. O ocidente possui mais desenvolvida a consciência, que nos mitos primitivos¹ está ligada simbolicamente à luz, simbolizando o racional, o pensamento. Enquanto o oriente vive plenamente a intuição, o sentimento, a ligação com o mundo natural. Essa forma de agir no ocidente direcionada às atividades exteriores e ao desenvolvimento do pensamento racional proporcionou a evolução tecnológica, material e científica (Capra, 1995). Porém, ficou relegado o plano interno do homem, ou seja, o mundo subjetivo das experiências interiores, relacionado ao desenvolvimento da personalidade e do ser como um todo; característico dos orientais, mas para eles falta um olhar um pouco mais direcionado para o mundo externo para que haja o desenvolvimento tecnológico e

¹ Na visão de Jung, são histórias criadas pelos povos primitivos carregadas de simbologia. Esses símbolos são produções espontâneas da psique deles e revelam verdades vividas repetidamente durante milênios que habitam nosso inconsciente (Campbell, 1995).

científico. No entanto, o objetivo dos orientais é superar essa dicotomia, buscando o que foi esquecido, enquanto nós ocidentais continuamos a dividir o mundo e esquecer de olhar a alma (Grinberg, 1997).

Dessa forma, o mundo ocidental ficou marcado pela dissociação dos opostos. A visão de homem que impera neste mundo é a de um homem fragmentado, que possui a mente separada do corpo, o pensamento separado do sentimento; ele é masculino ou feminino. Ele não pode ser racional e intuitivo ao mesmo tempo, ou ele é uma coisa ou outra. Não há lugar para a comunhão das diversas polaridades; estas são vistas como realidades incompatíveis, que devem ser excluídas, pois a consciência não suporta o caos, tudo deve ser definido (Cavalcanti, 1993).

E foi com esse pensamento que o homem, identificado com o princípio masculino, tentou controlar tudo o que foi identificado por ele como princípio feminino: a natureza, e a mulher. Esses dois princípios governam o mundo juntos, cada fase da vida humana traz uma relação entre o masculino/feminino. No início da humanidade, época em que reinava o princípio feminino, o homem vivia mais próximo de seu inconsciente, tinha relações de harmonia e equilíbrio com a natureza. O homem e a mulher viviam integralmente. As relações eram igualitárias e a mulher era valorizada porque era ela quem gerava e cuidava dos filhos. Nessa época ela era associada com a terra que, fertilizada, produz as plantas. Mas, em um determinado período, na época das sociedades de caça, o princípio masculino passou a reinar sozinho. Nessa época, as relações eram de violência e poder. O homem destina para si o domínio público e à mulher o privado. “*A feminilidade passa a ser definida como submissão, castidade, fidelidade, obediência, sacrifício (...) Transfigura-se para a mulher tudo o que ameaça a ordem patriarcal e o lugar do homem como senhor absoluto*” (Cavalcanti, 1993. p.111). A relação entre eles passa a ser de dominação, como a mulher representava o princípio feminino que necessitava ser dominado, foi subjugada pelo homem. Assim, o mundo passou a ser competitivo e a mulher no domínio privado conservou os valores de solidariedade e partilha, que foram passados para seus descendentes (Muraro & Boff, 2002).

No entanto, de acordo com Cavalcanti (1993):

“ *O homem carregará dentro de si o desejo intenso da busca da totalidade perdida. Esse é um sentimento que o impelirá ao encontro do outro (...)*”.

Pois, as polaridades sempre buscam voltarem a ser uma unidade, num movimento cíclico eterno. As atitudes unilaterais atraem seus opostos complementares, isto é, nenhuma polaridade fica reprimida por muito tempo (Moraes, 2001). O mito do andrógino de Platão fala sobre essa “necessidade” de reencontrar a metade que ficou perdida, para que o ser seja completo: com sua parte masculina e feminina juntas. O ser andrógino era o primeiro ser que habitou o mundo e que possuía dentro de si os princípios masculinos e femininos, mas como os deuses possuíam inveja de seu poder, decidiram dividi-lo em duas metades. Assim, cada metade passou a procurar sua parte perdida para tornar-se inteiro novamente. À primeira vista, este mito parece afirmar que o encontro entre o homem e a mulher se dá somente na busca de recuperar um no outro o complemento perdido. Porém, o andrógino quando foi dividido também carregou consigo sua metade que imaginava ter sido perdida. Assim como no mito, o ser humano da atualidade, desconhece a mulher e o homem que habita dentro dele, e por isso a comunicação entre eles é, desde o patriarcado, conflituosa (Seabra & Muszkat, 1985).

A repressão do aspecto feminino trouxe como consequência o desenvolvimento extremo do princípio masculino. No nosso mundo passou a ser mais valorizado o mundo exterior em detrimento do mundo interior, o que afastou as mulheres de sua verdadeira natureza e criou uma série de conflitos relacionados com os princípios que governam o seu ser; principalmente no que se refere aos relacionamentos. Pois, tiveram que desenvolver mais o princípio masculino dentro delas, como a lei, a ordem e o racional; e perderam o contato com o princípio feminino, que dita as leis da integração. O princípio feminino é mais ligado com os sentimentos do que com as leis e princípios do mundo exterior. Ao longo dos anos, desde o movimento feminista, as mulheres começaram a imitar os homens na forma de ser, adotando os papéis masculinos, perdendo, assim a identidade feminina. Na ânsia de ser aceita socialmente, negam sua própria natureza, rejeitam a maternidade e a sensibilidade (Harding, 1985).

Em vista disso, atualmente, para enriquecer nossa vivência e convivência com os seres há a necessidade de resgatar o feminino dentro de nós e na nossa cultura; Reconhecendo a necessidade de equilibrar a cultura por meio do elemento perdido e mergulhando no nosso interior em busca da reconciliação das polaridades:

“A voz interior é a voz de uma vida mais plena e de uma consciência mais ampla e abrangente” (Jung, 2002).

Este trabalho tem como objetivo revisar o feminino vivido em nossa cultura, a partir de uma visão junguiana, para que assim, possamos reformular nossa compreensão a respeito de nós mesmos e compreendermos a importância de resgatar os valores femininos que foram esquecidos por muito tempo. O desenvolvimento do princípio masculino trouxe muitos avanços, porém estabeleceu-se como único princípio norteador da vida dos seres, e como consequência vive-se, hoje uma era em que o mundo exterior é mais valorizado do que o interior. Os valores femininos que foram “esquecidos” são necessários para contrabalançar o que falta dos valores masculinos. Ambos são importantes, e cada um possui qualidades únicas que o outro não tem. Um dos grandes desafios da atualidade é a descoberta desses valores e a tentativa de coexistência de duas polaridades tão diferentes.

A primeira parte deste trabalho, intitulado: *A Era da Grande Deusa*, apresenta o período em que o princípio feminino governava o mundo e a sociedade era comandada por mulheres, ou seja, o matriarcado, e discute o seu significado na vida do homem primitivo. A segunda parte: *A Era do pai* analisa a necessidade da repressão e dominação do feminino para que os valores masculinos se insturassem no mundo, provocando algumas mudanças somente no plano exterior. A terceira parte: *O mundo pós-patriarcal: o resgate do feminino* discute as consequências da unilateralização do princípio masculino, a emergência do feminino por meio dos movimentos organizados pelas mulheres, na tentativa de serem vistas como iguais pelos homens, as transformações sociais e a busca das mulheres por sua identidade .

1ª PARTE
A Era da Grande Deusa

“No início, era Eurínome, a deusa de todas as coisas.

Nua, ela se elevava do caos. Mas ela não

Encontrou nada sólido

Sobre o qual pudesse apoiar os pés.

Ela separou o oceano do céu e,

Sozinha, dançou nas suas ondas (...).”

(Waiblinger, 1997.p.13).

Adorar uma divindade masculina ou feminina expressa uma forma de enxergar o mundo, um sistema existencial de valores nos quais um gênero *arquetípico* prevalece sobre o outro quanto a importância psicológica, tornando-se determinantes tanto para homens e mulheres de como ser, agir e pensar no mundo (Whitmont, 1991). Jung denominou de *arquetipos* ou *imagens primordiais* a tendência de reproduzir idéias e experiências humanas gravadas no inconsciente coletivo, que é a parte da psique que contém as imagens humanas originárias e primordiais ao longo da história da humanidade:

“O inconsciente coletivo é uma figuração do mundo, representando a um só tempo a sedimentação multimilenar da experiência. Com o correr do tempo, foram-se definindo certos traços nessa configuração. São os denominados arquetipos ou dominantes e os dominadores, os deuses, isto é, configurações das leis dominantes e dos princípios que se repetem com regularidade à medida que

se sucedem as figurações, as quais são continuamente revividas pela alma (...)
(Jung, 1999, p.86).

Assim, os arquétipos são fatores dinâmicos, princípios formadores e orientadores da vida. A atuação dinâmica do arquétipo não é simplesmente uma reação inconsciente instintiva, é uma determinação inconsciente da personalidade, que irá influenciar de maneira definitiva sua disposição, suas inclinações, bem como sua consciência, a forma e a direção do intelecto. Essas imagens primordiais são as formas mais antigas e universais da imaginação humana e se manifestam, por meio de processos energéticos no interior da psique, que operam tanto no inconsciente como entre o inconsciente e a consciência. Jung descobriu que o arquétipo é projetado pelo indivíduo sob a forma de imagens psíquicas específicas, principalmente, nos sonhos, nos contos de fadas e nos mitos (Jung, 1977).

Os mitos são considerados sonhos coletivos e recorrentes da humanidade. Como manifestações de conteúdos inconscientes, como os arquétipos, representam uma compreensão intuitiva do mundo, ou seja, que não passa pela racionalidade. Eles condensam experiências vividas repetidamente durante milênios, experiências típicas pelas quais passaram os seres humanos (Franz, 1990). Produzem rituais nos quais permitem o homem se situar no mundo, e a principal função do mito, de acordo com Campbell em Whitmont (1991), é a de despertar o indivíduo para o mistério do universo e sua participação nele; fornece uma imagem do universo que está de acordo com os conhecimentos da época, das ciências e dos campos de atuação das pessoas as quais a mitologia dirige; valida, imprime as normas de uma dada ordem moral específica, ou seja, da sociedade em que o indivíduo deve viver; guia passo a passo nos caminhos da saúde, da força e da harmonia espiritual ao longo de uma vida proveitosa.

O homem antigo percebia o mundo “mitologicamente”, ou seja, experienciava o mundo a partir das imagens arquetípicas que eram formadas da sua relação com ele (Neumann, 1998). Para as sociedades primitivas os mitos eram a própria fundamentação da vida social e da cultura. Eram vistos como histórias sagradas, como revelação trans-humana da verdade absoluta, que se passou no início dos tempos, servindo de modelo aos comportamentos humanos (Eliade, 1990).

Pode-se afirmar, que as metáforas mitológicas, pelas quais o “homem primitivo” se utilizava para guiá-lo em sua vida, formaram a base do pensamento e da vida nas sociedades. Os símbolos eram destinados a despertar e pôr a mente em movimento, pois eles falam da realidade vivida e tocam nas energias vitais de toda a psique humana. Os jovens foram educados pelos anciões, por meio do estudo da experiência e da compreensão da significação dos símbolos mitológicos, que servem de vínculo entre o inconsciente e a vida prática (Campbell, 1998).

Por meio da experiência com o sagrado é que nasce a idéia de que alguma coisa existe realmente, de que existem valores absolutos, capazes de guiar o homem e de dar significação à existência humana. A rememoração e a ritualização do evento primordial ajudam o homem “primitivo” a distinguir e reter o real. Com a repetição contínua dos rituais, algo se revela para ele como fixo e duradouro no fluxo universal, pois, impõe-se a certeza de que algo existe de maneira absoluta. A realidade se desvenda e se deixa construir a partir de um nível transcendente que é acessível à experiência humana. Nesse sentido, o ritual abole o tempo e recupera o tempo do mito; ele torna o homem contemporâneo das façanhas dos Deuses. E assim, ele conquista o mundo, organiza-o, transforma-o e ele se torna também criador (Eliade, 1998).

A cultura é resultado dessas dinâmicas arquetípicas, que provêm das experiências psíquicas desses povos, e é a relação que o homem estabelece entre a consciência e o inconsciente que determina o caráter de uma fase cultural ou de toda uma cultura. Isto significa que à medida que há a evolução da consciência do homem primitivo, que se encontrava “mergulhado” nos processos inconscientes, há uma transformação e desenvolvimento do homem como um todo (Neumann, 1998).

Na antiguidade, havia o predomínio do inconsciente e a consciência era frágil, primitiva. A autonomia do ego não era plenamente desenvolvida e havia uma abertura para os processos do inconsciente. Dessa forma, a realidade concreta desse mundo pode ser apreendida nas manifestações adotadas na vida do ser humano sob a forma dos mitos, ritos, religiões, costumes, etc. A evolução do indivíduo do ponto de vista psíquico começa quando ele deixa de estar contido no inconsciente e passa a desenvolver a consciência (Neumann, 1998).

Esta época anterior a ampliação da consciência ficou conhecida como Matriarcado e era governado pelo arquétipo da Grande Deusa ou Grande Mãe. Ela era ao mesmo tempo mãe e filha, donzela, virgem, meretriz e bruxa. É a senhora das estrelas, a beleza da natureza, o útero gerador da terra, provedora de todas as necessidades (Whitmont, 1991). Os seres humanos endeusavam o feminino como princípio primitivo da vida. Psicicamente, prevalecia uma não-separação entre o ego e o inconsciente. O ego da mulher e do homem se relacionavam com o inconsciente como com uma mãe cuja superioridade é tão grande que não há a separação entre a ela e o filho, ambos são uma coisa só. Essa dependência do ego em relação ao inconsciente e do indivíduo em relação ao grupo é vivido na projeção sobre a figura da mãe como divindade que gera, nutre e protege (Neumann, 2000).

Em meio a esse dilúvio do ser inconsciente, o ego primitivo se sente impotente, indefeso; e, por isso, sente a vida como prenhe de perigos constantes. A vida do ponto de vista psíquico é cheia de perigos e incertezas. Assim como a criança, o homem primitivo não é capaz de se orientar com consciência no mundo, de reconhecê-lo; e enfrenta cada evento como se fosse uma devastadora inovação. Dessa forma, ele sente a necessidade de ser envolto e sustentado pela Grande Mãe natureza, embalado em seus braços. O mundo o abriga e alimenta, é o refúgio de todo sofrimento, ele é experimentado pelo indivíduo como um todo-envolvente. Na mitologia isso está representado simbolicamente pela *uroboros*, que é a serpente que morde a própria cauda. A *uroboros* representa o redondo que contém, isto é, o ventre materno, o útero e a união do masculino com o feminino:

“(...) É o núcleo do princípio e a semente de onde, como ensina em toda parte da humanidade, surge o mundo. É também o estado perfeito em que os opostos estão unidos (...)”
(Neumann, 1995).

Na *uroboros* essa união entre os opostos significa a junção dos “pais primordiais”. O pai primordial (masculino) está unido à mãe primordial (feminino), sendo eles inseparáveis. Sua unidade é um estado de existência transcendente e divino. Porém, o masculino no matriarcado é percebido como sendo parte do feminino, sendo ele instrumento, auxiliar e satélite da Grande Mãe. O indivíduo do sexo masculino é amado enquanto criança, jovem; e usado como

instrumento de fertilidade quando adulto, estando, dessa forma, integrado ao feminino (Neumann, 2000).

Somente a mulher era considerada a criadora da vida, pois era ela a filha da Grande Mãe. A mulher era responsável por tudo o que estava relacionado com a vida. De acordo com as pesquisas antropológicas, as origens da humanidade são colocadas sob o signo e a supremacia da mulher, que era identificada com a natureza, que gera, imitando a ação da mãe-terra (Deby & Perrot, 1990). Pela capacidade da mulher em parir uma nova vida e nutri-la com o leite de seus seios, ela foi associada com a terra. Sendo assim, a vida era compreendida como sendo uma dádiva da terra, de cujo ventre brotavam as plantas. Como se acreditava que a vida de todos os seres dependia da mãe-terra, a organização social dos povos girava em torno, principalmente, da agricultura, que estava a cargo das mulheres (Koss, 2000).

Assim, as sociedades eram divididas em clãs formados por uma coletividade de mulheres, que eram irmãs entre si e mães de todas as crianças. Os homens pertencentes a um mesmo clã materno eram considerados “irmãos de leite e sangue”, então para obter relações sexuais, as mulheres tinham que procurar homens de outros clãs. Não havia a figura do pai como progenitor, as crianças eram consideradas como vindas só das mães, mas pertenciam ao mundo espiritual. Os homens eram encarregados da caça, e como as mulheres ficavam nas tribos, cuidavam da coleta das sementes e das plantas para terem comida enquanto os homens não retornavam. Com o passar do tempo, começaram a plantar as sementes nas proximidades da tribo, e ao fazerem crescer os produtos da terra, as mulheres associaram a fecundidade com a fertilidade. Pela experiência direta e pela observação contínua do processo da sementeira e germinação do mundo natural, elas adquiriram conhecimento sobre os vegetais, flores e frutos (Koss, 2000):

“Hoje, estamos de acordo em pensar que a agricultura é uma invenção feminina. O homem, ocupado em perseguir os animais na caça, e mais tarde em levar os rebanhos para o pasto, quase sempre estava ausente. A mulher pelo contrário, segura de sua tradição de coletora, tinha a oportunidade de observar os fenômenos naturais da sementeira e da germinação. Era normal que ela tentasse reproduzi-los artificialmente (...) e mais impressionante vai ficando o poder feminino” (Badinter, 1986. p.60).

Com o desenvolvimento da agricultura, foi-se percebendo a importância do homem no processo de fecundação. Rituais começaram a serem realizados para assegurar a convivência harmoniosa entre as mulheres, os homens e a natureza. Dessa forma, eles realizavam rituais de procriação simbolizando a união do elemento feminino e masculino. O sangue menstrual da mulher e o sêmen do homem deveriam ser doados para que a deusa-mãe-terra pudesse produzir alimento em abundância. Isto se realizava através do ato sexual no campo arado, onde a mulher atuava como representante da deusa, recebendo o sêmen em seu útero, da mesma forma que a terra recebe a semente. A união com a divindade acontecia por meio da experiência extática sexual, quando os amantes se uniam em respeito mútuo e reverenciavam a verdadeira natureza amorosa do mundo, experimentando seus corpos como templos da deusa. A união da mulher com o homem era parte da promoção da integridade cósmica, a sexualidade era compreendida como uma dimensão sagrada (Koss, 2000).

Além disso, por meio desses rituais, o princípio masculino manifestado pelo pensamento, construção de ferramentas, etc; complementava-se simbolicamente na alma com a atividade feminina da geração e da maternidade. A função do homem era penetrar o útero “fertilizando-o” para emergir uma vida nova, o pênis era associado com o pau utilizado para perfurar a terra e colocar as sementes. Nesta época da história do homem, ficou, portanto, marcado que o princípio masculino age e o princípio feminino gera (Waiblinger, 1997).

Antes do declínio do prestígio feminino, supõe-se que homens e mulheres tiveram relações relativamente equilibradas. Com a descoberta da necessidade da união com o homem para a fecundação, surge entre os Deuses, a noção do casal heterossexual. A idéia de que a fecundação depende só da mulher desaparece, e o equilíbrio do poder entre o casal Divino, com o passar do tempo, vai se tornando cada vez mais frágil. O Deus masculino começa a adquirir mais importância que a Deusa, e essa evolução da figuração Divina é bastante significativa e transforma as relações de poder no casal humano. No Egito, esse casal Divino aparece personificado por Osíris e Ísis. Osíris torna-se ao mesmo tempo o espírito do grão e o da água. Seu casamento com Ísis, a grande Deusa da fecundidade universal, simboliza a união da água do Nilo com a terra. Ísis e Osíris fecundam toda a natureza. Mas de acordo com a lenda, é Osíris e não Ísis quem é considerado como conhecedor das plantas e revela aos homens a arte da

agricultura e da irrigação. A partir daí, observa-se o desvio dos poderes femininos e o aparecimento dos poderes masculinos (Badinter, 1986).

Na mitologia Grega, essa mudança aparece personificada no relacionamento entre Zeus e sua irmã Hera. No princípio do mundo, da corrente de Gaia, a mãe Terra, surgiram, com o intercuro entre Zeus e três mulheres titãs, as Deusas. Hera sempre teve ciúmes da relação entre Zeus e as outras Deusas antigas, a ponto de tentar impedir que uma delas dê à luz um filho de Zeus. Quando surge Hera, ela, inicialmente, resiste às investidas de Zeus. Mas, é enganada por ele que lhe aparece na forma de um cuco congelado e ela sente-se no papel de proteger o animal, colocando-o sob o seu peito. Zeus se aproveita dessa proximidade, então Hera se curva as suas investidas depois de extrair uma promessa de casamento. Dessa forma, ela se torna a Deusa do casamento, da fidelidade, a guardiã ciumenta dos votos do matrimônio e da hereditariedade. Hera estabelece o arquétipo da mulher em sua relação com o homem, como esposa e companheira ideal. A partir daí, começa a surgir a idéia da mulher ter que servir ao homem sendo sua companheira, esposa e gerar seus filhos (McClean, 1998).

Neste estágio da história humana, em que os atributos masculinos começam a se separar da figura da Grande Mãe, fica claro, portanto, que a totalidade representada, inicialmente, pela união dos opostos nos rituais do “casamento cósmico”, passa a ser expressa como uma interação entre duas forças opostas complementares. Surge, assim, a necessidade da separação da parte masculina e do seu fortalecimento. Os mitos começam a enfatizar a figura do herói que vence as forças do caos e traz a ordem ao mundo. Ou seja, começa o desejo da supremacia do masculino no mundo pelos homens. Essa transferência do poder da fêmea para os machos se refletiu, também, à medida que cada Deusa mãe foi deposta, por meio da “difamação mitológica”. Isto é, as divindades femininas foram transformadas em demônios e novos mitos são criados para justificar a supremacia dos conquistadores, validando uma ordem psicológica além da ordem social (Koss, 2000).

A partir desse momento, a natureza e a cultura se opõem, prevalecendo a cultura sobre a natureza. A natureza não é vista como fazendo parte de cada ser humano, mas como um meio a ser conquistado. Há o desenvolvimento do pensamento racional e o afastamento do ser humano

da natureza. Gradualmente o valor da mulher, e conseqüentemente do feminino, passa a consistir unicamente em sua capacidade reprodutora. Assim, encerra-se o matriarcado. Porém, a grande força integradora característica desse período, foi tão significativa que as deusas se transformaram em arquétipos e em valores que marcaram a história de toda a humanidade (Muraro & Boff).

2ª PARTE

A Era do Pai

“(...) Enfim, eis que aparece, aos olhos de Fausto, Aquela que desde sempre é a rainha da noite. Voltando-se para o Diabo, Fausto indica uma Figura feminina que atrai sua atenção: -Mas, Quem é aquela? Mefistófeles, reconhece a Mulher bíblica e responde: -Aquela é Lilith! -Quem? E Mefistófeles responde de novo: - A primeira mulher de Adão. Acautela-te contra seus belos cabelos, Aquele esplendor é o único a vesti-la. Com eles aprisiona um Jovem e não o deixa escapar tão cedo (...)”
(Sicuteri, 1998, p. 127).

De acordo com os escritos do Zohar, livro no qual estão reunidos os textos da sabedoria rabínica dos testemunhos orais sobre o Gênesis, antes de Deus criar Eva, ele criou Lilith como a primeira companheira de Adão. Ela é considerada um demônio, não uma mulher. Foi criada do pó negro e excrementos, ela era cheia de saliva e sangue, símbolo do desejo, e bela como um sonho. Aparece para Adão no Jardim do éden à sombra de uma alfarrobeira ornamentada com preciosos colares (Sicuteri, 1998).

Lilith faz o homem sentir pela primeira vez a relação sexual. Ela é sedutora, e aquela que sussurra e geme. Mas, diferente de Eva ela queria ser uma mulher com os mesmos direitos que o homem. Então, começa a questionar Adão sobre o motivo de ter que se submeter às vontades dele:

“(...) – Por que devo deitar-me embaixo de ti? Por que devo abri-me sob teu corpo? Por que devo ser dominada por você? Contudo eu também fui feita de pó e por isso sou igual (Sicuteri, 1998, p. 35)”.

A recusa de Adão em conceder a paridade desejada por Lilith, a deixa irritada e faz com que ela se afaste dele. Quando Adão acorda e não acha sua companheira, dirige-se a Deus como um filho que confia na experiência e na autoridade paterna. O pai quer saber a causa do litígio e compreende que a mulher desafiou o homem e, portanto, o divino. Lilith tinha fugido em direção ao mar vermelho, Deus a chama e profere sua ordem:

“O Desejo da mulher é para o marido. Volta para ele (Sicuteri, 1998, p.38)”.

Lilith não responde com obediência, mas com recusa e diz que não tem mais nada a ver com seu marido. Deus insiste. Porém Lilith se transforma, não é mais a companheira de Adão, não quer ser submissa a ele. Então, Deus manda uma ordem de anjos alcançarem Lilith e dão a ela a ordem de voltar para junto de Adão, pois, senão o fizer, será afogada. Lilith se recusa mais uma vez. Os anjos resolvem poupá-la, mas como castigo da desobediência da lei do marido e do pai, ela passa a viver vagando pelo mundo e seus filhos viram demônios. E desde aquele dia não houve mais paz ao homem, pois Lilith perturba seu sono induzindo-o a mortais abraços com as mulheres (Sicuteri, 1998).

Na época em que a bíblia foi escrita, o mito de Lilith foi censurado por conter essa proposta contestatória, onde a mulher reclama um lugar junto ao homem, uma posição de igualdade e não de submissão. Os homens tinham medo de que ele influenciasse as mulheres a quererem ser independentes destes, assim como Lilith não aceitou ser dominada por Adão. Mas torna-se popular na Idade Média, no período de caça às bruxas, como um exemplo moral de punição para a rebeldia, a independência e auto-suficiência da mulher (Cavalcanti, 1993).

Este mito mostra a necessidade da sujeição e invalidez do feminino dentro de uma consciência patriarcal, temerosa das forças da natureza, que busca o poder e controle delas. Neste momento, a consciência governada pelo poder do pai, experiencia o feminino e sua liberdade como ameaçador e, portanto, deve ser reprimido. Já a história de Adão e Eva, que foi aceita e colocada na Bíblia, coloca a mulher numa posição inferior ao homem e sob seu domínio. Por ser criada depois de Adão, de sua costela, e nomeada por ele, garante o poder dele sobre Eva. A mulher não sendo criada diretamente da divindade, possui uma imperfeição inerente, o que torna mais fácil a sua queda à tentação da serpente. Portanto, fica justificado também o controle sobre a mulher, e de sua proteção, para que ela não sucumba ao mal por sua ingenuidade e fraqueza ao que é demoníaco (Cavalcanti, 1993).

O patriarcado é um período que se estrutura em torno da autoridade masculina e se caracteriza pela ordenação do mundo em opostos hierárquicos, na raiz dos quais encontra-se a dualidade entre macho e fêmea (Koss, 2000). Este período não designa apenas uma forma de organização da família baseada no parentesco masculino e no poder paterno. Atribui, também, que toda estrutura social nasce do poder do pai. Nos mitos de criação a onipotência do pai substitui o da mãe, ou seja, o feminino perde seu poder criador, a criação deixa de ser o encontro dos princípios masculinos e femininos, é somente o pai que detém esse poder sobre todos os seres, inclusive da mulher (Badinter, 1986):

“ Já não era mais a fecundidade do solo a fonte de toda a vida e de toda a criatividade, mas o intelecto que criava as novas invenções, a técnica, o pensamento abstrato e o Estado com suas leis. Não era mais o ventre materno, mas o próprio espírito que passava a ser o poder criador e, desse modo, não eram mais as mulheres, mas os homens que dominavam a sociedade (Rinne, 1999, p. 55)”.

O culto às Deusas é, então, substituído pela devoção por um Deus todo-poderoso que é masculino em todas as suas características psíquicas. Nas histórias míticas começa a aparecer o culto aos heróis, à força e a competitividade. Estes iniciam a destruição das Deusas e expulsam-nas do plano divino. Paralelamente à “expulsão” das divindades femininas, há a destruição de seus santuários e a perda do poder das mesmas sobre a sociedade. Assim, toda forma de poder feminino torna-se sinônimo de malefício e fica associado com o inferior (Badinter, 1986).

O pai é o representante do mundo da ordem, das proibições e do espírito que se opõe à impulsividade instintiva e leva a criança a se separar da mãe. O arquétipo do pai é um símbolo estruturante de grande importância no desenvolvimento da personalidade, pois retira a criança da onipotência narcísica, da identificação com o falo imaginário, da discriminação, e a faz olhar para a existência do outro. A natureza, que constitui o reino da mãe, é abandonada à medida que a criança faz uso da atividade simbólica. A saída da condição narcísica coloca o indivíduo dentro de uma nova dimensão, e permite uma abertura para um horizonte de novas potencialidades (Cavalcanti, 1999).

É através do arquétipo do pai como símbolo discriminador e estruturante da condição do sujeito que o homem sai da vivência matriarcal para a vivência patriarcal, e aquele período vivido cai no inconsciente, pois a dificuldade de superar uma etapa evolutiva, leva o psiquismo a criar processos repressivos rígidos que previnem contra as tendências regressivas, simbolizadas na mãe possessiva que deseja permanecer em fusão com a criança, e os desejos de fixação em etapas que deveriam ser superadas. Como no período matriarcal, o homem vivia sobre o domínio da mãe e do inconsciente, o desenvolvimento da consciência patriarcal coloca o indivíduo mais autônomo, em direção à ampliação da consciência, ao processo civilizatório e cultural (Cavalcanti, 1999).

Além disso, o desenvolvimento da consciência e do ego do homem primitivo consistia, não só na gradual libertação do envolvimento dominador do inconsciente da Grande Mãe, mas também na crescente independência do masculino, que originalmente, só existia a serviço do feminino. Assim, a consciência do ego se coloca de modo masculino em oposição ao inconsciente feminino. Para o ego, o elemento feminino é sinônimo de trevas, inexistência, vazio, poço sem fundo. Por isso, a mãe, o ventre, o abismo e o inferno são vistos como idênticos, o ventre da mulher é o lugar de origem de onde se veio, e tudo o que é feminino é como o ventre, o útero primordial da mãe da origem de tudo e do inconsciente. E como acontece com qualquer emancipação, a supremacia da consciência do ego sob o inconsciente levou ao extremo a sua posição e dos valores próprios, ocasionando a superestimação do masculino, a megalomania da consciência do ego e a desvalorização, seguida da repressão do seu lugar de origem, ou seja, do inconsciente feminino (Neumann, 1995).

A partir disto, a negatividade é incorporada na representação que o homem passa a ter da mulher. Cabe a ele, criatura de Deus, encarnar o bem, e a mulher, criatura demoníaca, partilhará o mal (Badinter, 1986). Agora, ela é definida em função dos valores masculinos, e toda sua validade social será sempre vista em função do bom desempenho das tarefas e papéis que lhe confirmam uma dignidade dentro de sua inferioridade. Portanto, ela deve ser a boa esposa, a mãe ideal. A superação da noção da sua inferioridade se dá pela obediência e submissão às leis dos homens, ela é aquilo que os homens esperam que ela seja. A sexualidade também é vivida dentro deste contexto de posse e submissão. Com isso, a feminilidade passa a ser definida como submissão, castidade, fidelidade e obediência, a mulher deve estar a serviço da família e do marido (Cavalcanti, 1993).

Então, a mulher perde sua autonomia e liberdade para decidir seu destino. Confinadas em um espaço restrito e bem definido, elas passavam grande parte do tempo juntas, conversando entre si. E assim, o saber feminino se consolida no isolamento do espaço privado. Considerava-se que a capacidade intelectual das mulheres era limitada, e como elas tinham o acesso ao saber institucionalizado interdito, com base na sua incapacidade intelectual, a exclusão das mulheres da vida social teve como consequência o seu despreparo para o exercício da cidadania, o que foi utilizado, posteriormente, como motivo para justificar sua subordinação ao homem (Koss, 2000).

No século XVI a Igreja Católica institui o sacramento do matrimônio, passando a ditar as regras para o comportamento das pessoas, prescrevendo, principalmente, como a mulher deveria agir em relação ao seu marido. Porém, dentro deste modelo cristão, há a valorização do feminino, que impõem a virtude como traço principal, e abençoa a maternidade. O feminino com essas qualidades não ameaça a ordem patriarcal, mas, mesmo assim, permanece sob o controle absoluto. A figura de Maria é venerada como um modelo de mulher santa que possui a alma separada do corpo. O sexo passa a ser visto como uma coisa ruim, pecaminosa, quando não está ligado a procriação. O casamento é o lugar onde esta dominação é exercida como um culto à santificação da mulher, esta passa a estar sob o controle absoluto do homem. Ela sai do controle do pai, para o controle do marido (Cavalcanti, 1993):

“(...) O matrimônio era, portanto, uma instituição pela qual os homens eram confirmados como os donos de suas esposas em termos religiosos e legais (...). Um marido poderia dispor das propriedades de sua esposa, suas roupas,

suas jóias e roupas de cama, e ainda tinha o direito de bater nela, caso ela não cumprisse seus desejos. Na maioria dos países, os maridos podiam punir suas esposas da maneira que lhes conviesse, menos com assassinatos (...)” (Yalom, 2002, p. 70).

Desse modo, a organização da família, antes das mudanças sociais provocadas pela industrialização, consolidaram a imagem da mulher como mãe e do homem como pai. A ele foram atribuídas a responsabilidade e a autoridade, sendo sua função social prover a casa e a família, atuando no espaço público, que é o mercado e a política. Enquanto que a mulher, definida como frágil, sensível e dependente, tem como espaço próprio a casa, o espaço doméstico, privado (Koss, 2000).

A sobreposição da função social materna para a mulher negou o seu reconhecimento como um ser cultural pleno, ao defini-la exclusivamente como destinada à procriação por sua natureza. Sob os valores culturais vigentes, para atuar no mundo profissional, as mulheres precisavam negar sua feminilidade, o que significava negar que menstruam e engravidam. Se elas assim fizessem, aos olhos da sociedade não corresponderiam ao papel que as definem socialmente, podendo, assim, serem tratadas como capazes de realizar tarefas que não fossem domésticas (Koss, 2000). Os trabalhos que tinham para elas eram penosos e repetitivos, sendo as mesmas exploradas e mal-pagas. O dinheiro que recebiam servia para complementar a renda familiar, porém as mulheres que trabalhavam não eram bem vistas na sociedade. O trabalho das mulheres, principalmente o que a obrigava a deixar o lar, era considerado suspeito, e cada mulher casada que trabalhava fora de casa, revelava a incapacidade do marido para prover as necessidades do casal (Badinter, 1986).

A partir do trabalho, as mulheres começaram a obter autonomia e desenvolvimento pessoal que não encontravam no lar. Em vista disso, na tentativa de mantê-las sob o domínio dos homens, em meados dos anos 60, a visão da mulher como dona de casa teve o seu apogeu (Badinter, 1986). O modelo de mulher nesta época era romantizado pela idéia de que, além do espaço doméstico e dos filhos, ela era responsável pela felicidade conjugal. Para assegurar que as mulheres exercessem esse papel, foi difundida uma falsa idéia de que as mulheres seriam superiores aos homens pela capacidade de amar e de se dedicar exclusivamente ao seu marido e família (Koss, 2000).

Com o surgimento da pílula anticoncepcional, a mulher ganha domínio de sua fecundidade e sua liberdade sexual. A partir daí, ocorre a separação entre a sexualidade e a procriação, e os homens perdem o controle sobre a sexualidade das mulheres. A relação de força inverte-se, pois é dela que tudo depende, e nada pode ser feito contra a sua vontade. Ela pode recusar ter o filho que ele deseja, como procriar contra a vontade dele, reduzindo-o ao papel biológico de inseminador, sem que ele saiba jamais que é o pai. Aos poucos, a maternidade não é vista mais como sagrada e a mulher passa a ser vista como um indivíduo como os outros (Badinter, 1986).

Em consequência disso, por volta da metade do século XX, esse movimento de controle da natalidade e a posição mais liberal da mulher em reivindicar o prazer sexual ocasionou uma nova visão sobre o casamento e o relacionamento conjugal. As mulheres estavam se distanciando do casamento centrado na procriação e buscando uma união baseada no amor, no companheirismo e no prazer sexual. A idéia de que o sexo deveria ser francamente prazeroso e que deveria ser desfrutado pelos dois parceiros foi a força propulsora para o surgimento dos casamentos baseados na igualdade e, de uma forma geral, na mudança da forma da mulher se relacionar com o homem (Yalom, 2002).

Apesar de tudo isto, a igualdade de direitos e oportunidades, condição básica para o exercício de uma verdadeira parceria entre mulheres e homens, está longe de se constituir como regra. Depois de tanto tempo sob a dominação masculina, o feminino emerge como um esforço de reconhecimento de alteridade, e direito de exercê-la. Dessa forma, o feminino desafia a ordem masculina, bem como a definição do feminino como o avesso do masculino. Com todas essas mudanças, perdeu-se a referência sobre o que seria feminino e masculino, pois os papéis estabelecidos socialmente para os homens e mulheres, que antes estavam cristalizados, são quebrados e as mulheres começam a “invadir”, cada vez mais, o espaço masculino, introduzindo a incerteza, a pluralidade de escolha onde só havia a certeza e a conformidade (Oliveira, 1999).

Assim, as mulheres adotaram padrões masculinos sem que os homens se feminizassem, o que fez com que as duas polaridades vivessem em dois mundos diferentes com modos de comunicação diferente. O que falta é o resgate do feminino tanto no homem como na mulher para

que se construa entre eles uma relação de reciprocidade no lugar da relação de competitividade e complementaridade, que é vivida atualmente. Somente quando cada um reconhecer o que possui escondido dentro de si, poderão se ver como indivíduos inteiros e se relacionar como um indivíduo e não como uma metade em busca de outra (Muraro& Boff, 2002).

3ª PARTE

O Mundo pós-patriarcal: o resgate do Feminino

*“ Todos os desenvolvimentos futuros, a partir de agora, precisam ser abordados da perspectiva de ambos os sexos, porque homens e mulheres são igualmente importantes para o fazer da história. A esperança para o futuro, assim como o triunfo do passado, estão na cooperação e na reciprocidade de mulheres e homens
(Rosalind Miles, citada em Koss, 2000, p. 153)”.*

Quando o conhecido rei Arthur ainda era cavaleiro da Távola Redonda foi apanhado caçando ilicitamente nas florestas do reino vizinho, e por isso, foi aprisionado pelo rei. Ele poderia ter sido morto imediatamente por ter transgredido as leis de propriedade e de posse. Mas, como o rei vizinho tinha simpatia por ele, ofereceu-lhe a liberdade com a condição de ele encontrar, no prazo de um ano, a resposta para uma pergunta:

“O que realmente quer a mulher? (Johnson, 1991, p.97)”.

Parecia impossível achar uma resposta para essa pergunta. O ser mais enigmático que se conhecia era a mulher e nada se sabia sobre seus reais desejos. Porém, era melhor encontrar uma resposta do que ser enforcado. Então, Arthur voltou para casa e pôs-se a perguntar a todos que encontrava no caminho. Freiras, princesas, rainhas, sábios foram inquiridos e ninguém sabia a

resposta. No entanto, todos avisaram que havia uma bruxa chamada Ragnell, que, provavelmente, saberia a resposta, mas ele deveria se precaver porque ela cobrava preços exorbitantes por seus serviços (Johnson, 1991).

No último dia do ano, Arthur ainda não tinha a resposta para a pergunta do rei e viu-se obrigado a procurar a bruxa. Para a sua surpresa, ela realmente sabia a resposta, concordou em dizer-lhe depois que combinarem o preço a ser pago. Ela pediu como pagamento casar-se com Gawain, o cavaleiro mais nobre da Távola Redonda e o amigo mais íntimo de Arthur. O jovem ficou horrorizado com o pedido da velha bruxa, ela era muito feia, tinha um dente só, cheirava mal e era corcunda. Mesmo assim, Gawain aceitou casar-se com a bruxa para salvar seu amigo (Johnson, 1991).

Quando o casamento foi anunciado, a velha bruxa revelou sua sabedoria:

“Sabe o que realmente quer a mulher? Ela quer ser senhora de sua própria vida!”
(Johnson, 1991, p.98).

Ao ouvir a resposta, o rei vizinho ficou satisfeito e concedeu a liberdade a Arthur. E como prometido, o casamento se realizou. Apesar da bruxa ter mostrado o seu pior comportamento diante da corte, Gawain se portou com cortesia e respeito em relação a ela. Quando chegou a hora das núpcias, a bruxa apareceu na forma de uma linda donzela. Surpreso, ele pergunta o que tinha acontecido. Ela responde que como ele tinha lhe tratado com gentileza, ela lhe mostrara sua aparência mais horrenda durante o dia e sua aparência graciosa à noite. A bruxa, ainda pede para que ele escolha qual delas ele preferia durante o dia e à noite. Depois de pensar, Gawain responde que preferia que ela escolhesse por si mesma. Assim, ela anunciou que seria a bela donzela para ele durante todo o tempo, já que ele demonstrara respeito por ela e concedera-lhe soberania sobre sua própria vida, ou seja, o que todas as mulheres desejavam verdadeiramente (Johnson, 1991).

Esta história está à frente de seu tempo, nesta época a mulher ainda vivia aprisionada pelo poder masculino. A ideia da mulher-indivíduo, dona de seu próprio destino, é relativamente recente. O movimento de entrada das mulheres no mercado de trabalho e a desvalorização da vida no lar, que contribuíram para apagar a fronteira entre o privado e o público, entre o feminino

e o masculino, quebrando, dessa forma, a antiga identidade feminina, centrada na idéia da mulher que se realiza nos afazeres doméstico; foi uma forma de buscar ser indivíduo nesta sociedade masculina que lhe impôs uma identidade. No entanto, a tentativa de integração ao mundo dos homens como um igual transformou essa reivindicação em uma crise psicossocial da busca da sua identidade. Pois, para conseguir quebrar essa barreira entre os dois mundos, as mulheres desvalorizaram o universo feminino e alimentaram a idéia de que o sonho do mundo igualitário só se realizaria se elas acrescentassem na sua forma de ser as características e as vivências masculinas, o que significava dilacerar o feminino e ser masculino como os homens numa operação em que o feminino + masculino resulta em masculino (Oliveira, 1999).

Herbert Marcuse, citado em Oliveira (1999), interpreta esta expressão coletiva de questionamentos de normas e valores e modos de organização, conhecida como movimento feminista, e chama a atenção para o fato de que as mulheres necessitam mais que a igualdade e o direito à realidade dos homens, com tudo o que esta exige, como a negação da experiência e essência feminina:

“A realização dos objetivos do movimento de mulheres exige uma segunda etapa em que ele transcenderia o quadro no qual está funcionando no presente. Nessa etapa, para além da igualdade, a libertação implica na construção de uma sociedade regida por um princípio de realidade diferente, uma sociedade na qual a dicotomia atual masculino-feminino seria ultrapassada nas relações sociais e individuais. Assim, o movimento carrega consigo o projeto, não só de instituições sociais novas, mas também uma mudança de consciência, de uma transformação das necessidades instintuais entre homens e mulheres, liberadas das limitações da dominação e da exploração (Oliveira, 1999, p.48)”.

Na verdade, o que as mulheres queriam com esse movimento era ter o direito de exercer sua alteridade e trazer para o domínio público aquilo que era exercido na esfera privada: a valorização do sentimento, o cuidado personalizado do outro, a justiça aplicada e situada, que leva em conta o particular, ou seja, os valores femininos (Moraes, 1999). Mas, como a representação do que é ser homem e mulher é construído numa visão que tem mais a ver com a experiência masculina que com a de ser mulher; a identidade feminina se define sob uma perspectiva masculina, isto é, a partir da relação que a consciência patriarcal estabeleceu com o princípio feminino; E exatamente por faltar parâmetros femininos de vida autônoma e com

liberdade, resta a mulher, como opção, a imitação do que se conhece: o estilo masculino de vida (Strey, 1997).

Na ansiedade da busca de aceitação social e de sua identidade, a mulher nega a sua própria natureza e sem perceber, se submete a assumir uma identidade falsa, que lhe é atribuída, para se sentir aceita e se adaptar na sociedade. A mulher incorporou a ideologia da sua inferioridade, assim, como o sentimento interno de fragilidade da sua constituição e a impotência de ser um indivíduo, e por isso, nega os valores femininos e adotam os masculinos, tornando-se seres sem alma (Cavalcanti, 1993).

O indivíduo, na sua relação com o ambiente social, interioriza o mundo que lhe é apresentado, como realidade concreta, subjetiva, na medida em que é pertinente ao indivíduo em questão, e que por sua vez se exterioriza em seus comportamentos. A percepção do mundo se faz de acordo com o que já foi interiorizado pelo sujeito. O bebê, quando nasce, já está representado como filho de alguém e essa representação prévia é assimilada por ele de tal forma que seu processo interno de representação é incorporado na sua subjetividade. Através de comportamentos que reforcem a identidade pressuposta, ela é vista por ele como dada (Lane, 1999). Por outro lado, isso não significa que a identidade é um fator externo à mulher. Pois, além disso, ela aceitou a identidade que lhe foi dada; ao mesmo tempo ela foi constituída e constituinte de si mesma como sujeito destituído de seu aspecto feminino :

“ A identidade pessoal é ao mesmo tempo produto da sociedade e produto da ação do próprio indivíduo. (...) Se forma na confluência de uma série de forças sociais que operam sobre o indivíduo e diante das quais o indivíduo atua e se faz a si mesmo. Ao atuar, o indivíduo gera uma realidade e a conhece como tal (...) (Baró, citado em Rey, 2003, p. 201) ”.

Apesar disso, não se pode deixar de reconhecer que os movimentos reivindicatórios das mulheres provocaram, desde o começo do século, uma série de transformações sociais como a conquista de direitos legais, o controle da reprodução, alcançaram a educação superior, entraram para o mundo dos negócios e das profissões liberais, e derrubaram as crenças antigas quanto ao seu papel social (Wolf, 1992). Porém, não houve mudanças no que se refere à consciência individual, já que ela permanece unilateral. A dicotomia que antes existia fortemente entre o que era masculino e feminino, e o que era bom e ruim; continua com a exarcebação e a exaltação do

princípio masculino pelas mulheres, resultando numa desintegração cada vez maior da consciência. Neste sentido, o movimento feminista não tem se mostrado eficaz no resgate da identidade feminina e na formação de uma consciência universal mais integrada, menos unilateral (Seabra & Muszkat, 1995).

Ao longo da história, homens e mulheres não só foram privados de uma parte sua natureza íntima, como os comportamentos “femininos” como a intuição, a ludicidade e a manifestação dos sentimentos, passaram a serem vistos como repreensíveis, e dessa forma, a conexão instintiva que o ser humano tinha com seu interior também se perdeu. Os homens compensaram essa perda da força interior com o aumento da dependência da racionalidade, a ânsia de conquistas materiais, de poder e controle; enquanto que as mulheres, em posição de desvantagem, privadas do acesso às dimensões profundas relacionadas ao seu aspecto feminino, progressivamente, permaneceram alienadas de si mesmas (Whitmont, 1991).

Mas, de que maneira pode-se resgatar e reintegrar esta dimensão que ficou reprimida por tanto tempo? A resposta para esta questão está na própria história do Arthur, relatada anteriormente. Ao aceitar a dama, tanto em seu fascínio quanto na ameaça que ela representa para seu sistema de valores, tanto em sua beleza como em sua feiúria, como fez Gawain; o homem é capaz de confrontar o seu medo do feminino e perceber que o era considerado ruim existe no outro como se fosse um lado da moeda, ou seja, existem características ruins e boas que fazem parte da natureza humana. Assim, há um “olhar” para dentro de si mesmo e a possibilidade de reconhecer que ele também tem aspectos *sombrios*, inclusive que ele também possui aspectos femininos dentro de si (Whitmont, 1991).

Na concepção do Jung, na *sombra* contém o melhor e o pior de nós mesmos que não é aceito ou permitido pela cultura, e por isso, deve ser reprimido. Esses elementos fazem parte da totalidade da personalidade do indivíduo, e permanecem arcaicos por não serem devidamente trabalhados. No entanto, esses aspectos, reprimidos, permanecem no inconsciente carregados de energia, pois a psique necessita de um equilíbrio, assim como o corpo; até que irrompem arbitrariamente na vida consciente (Johnson, 1996). Os conteúdos inconscientes são impulsionados pelos arquétipos para tornarem-se conscientes como um movimento para chegar-

se a realização da totalidade do indivíduo, ou seja, da individuação (Jung, 1999a). A individuação significa tornar-se um ser único, a realização melhor e mais completa das qualidades arquetípicas do ser humano, trata-se de um desenvolvimento psicológico que permita a realização das qualidades individuais que o ser possui dentro de si (Jung, 2001).

Para o Jung, toda a personalidade já se encontra presente em potencial a partir do nascimento, o meio ambiente não fornece a personalidade, simplesmente traz á luz o que já se encontra no indivíduo. Toda criança já nasce com um projeto intacto para a vida tanto sob o ponto de vista físico, como sob o aspecto psíquico, que lhe foi conferido não só pelo ambiente atual, mas por uma combinação de pressão seletiva e de hereditariedade que atuavam no contexto do ambiente anterior ao qual estava exposta toda a espécie humana, Isto é, os arquétipos, que impulsionam o ego para atingir a individuação, e a integração das polaridades inconscientes na consciência (Stevens, 1993). Esses princípios opostos interagem entre si para manter o equilíbrio das forças do universo. Dentro do ser humano, a unidade se manifesta de uma maneira bipolar. Mas, a natureza “providencia” que esta unidade seja restabelecida, e assim, após a fragmentação, as atitudes unilaterais atraem seus opostos complementares, num movimento cíclico eterno (Moraes, 2001).

Os opostos existentes na mulher e no homem são conhecidos como *animus* e *anima*. Como são arquétipos, eles não são conhecidos diretamente, apenas por suas ações sobre o desenvolvimento do espírito humano, coordenando o material inconsciente em figuras determinadas, e como são autônomos, se apresentam personificados. Assim, o *animus* é a personificação da polaridade masculina na mulher, e a *anima* é a personificação da polaridade feminina no homem. Na concepção do Jung, cada pessoa apresenta, em sua dinâmica psíquica, um aspecto contra-sexual, ou seja, uma personificação arquetípica da polaridade oposta à da consciência. Porém, apesar disso, os dois pólos psíquicos existem tanto no homem, como na mulher (Koss, 2000). Mas, o que torna diferentes homens e mulheres é o fato de os homens identificarem seu ego com sua masculinidade, mas seu lado feminino é inconsciente nele; ao contrário, a mulher se identifica conscientemente com sua feminilidade, e seu lado masculino permanece inconsciente; o ego identifica-se com a qualidade masculina ou feminina do corpo, e, conseqüentemente, a *anima* ou *animus* se transformam numa função do inconsciente, já que a

polaridade que se torna consciente é a mais desenvolvida em detrimento da que fica reprimida ou não desenvolvida (Sanford, 2002).

Jung atribuiu a *anima* os sentimentos e os fatos eróticos, emocionais (sensibilidade, intuições, receptividade ao irracional, capacidade de amar, sensibilidade à natureza) e é determinada pelo Eros, princípio de ligação, relação. É a personificação de todas as tendências psicológicas femininas na psique do homem. Nas suas manifestações individuais o caráter da *anima* de um homem, é determinado por sua mãe, então, se o homem sente que a mãe teve sobre ele uma influência negativa, sua anima vai expressar-se, muitas vezes, de maneira irritada, depressiva, incerta, insegura e susceptível. Assim, em seu interior, a figura da *anima* é representada e possui um significado negativo. Porém, se a experiência com mãe for positiva, sua *anima* é afetada sendo seu guia interior, tornando-o mais “feminino” (Jung, 1977). Ou seja, o homem valoriza os sentimentos, a intuição, as expectativas, as fantasias e busca conhecer-se profundamente; ela atua na ampliação da consciência do homem e no enriquecimento de sua personalidade, infundindo nele a percepção de um mundo interior de imagens psíquicas e de emoções vitalizantes. Dessa forma, a anima, age para alertar o homem a respeito de suas qualidades psicológicas destituídas de valor, e por isso, foi definida, também, como o arquétipo da vida. Pois, ela é como uma alma para o homem, é ela que dá o coração a homem, capacitando-o a ser forte de coração e corajoso em face dos sofrimentos e aflições da vida, contendo o elemento do significado: ela encarna dentro de si mesma o segredo da vida e ajuda o homem a descobri-lo (Sanford, 2002).

Já o *animus*, o princípio masculino inconsciente na mulher, personifica a iniciativa, coragem, honestidade. Através deles, a mulher pode tornar-se consciente dos processos básicos de desenvolvimento da sua posição objetiva e cultural no mundo (Sanford, 2002). Considerando o Eros como expressão da natureza consciente da mulher, seu consciente se caracteriza pela vinculação do erótico do que pelo caráter diferenciador e cognitivo do Logos. Assim, o mais interessante para a mulher é o âmbito das relações sociais e pessoais, deixando para o segundo plano os fatos objetivos e suas inter-relações. E como o Logos está relegado ao inconsciente, a mulher raciocina baseada em opiniões que são tomadas como verdades absolutas, oriundas de afirmações irrefletidas, que levam a discussões obstinadas de ser a dona da verdade (Koss, 2000).

Diferentemente da *anima*, o *animus* é moldado pelo pai da mulher. Em se aspecto positivo, ele é um guia que conduz a mulher através de seu mundo interior até sua alma, abrindo portas para o desenvolvimento. Dá a mulher o poder da discriminação e da compreensão para iluminar o interior dela, age, também, como uma ponte para o mundo impessoal do intelecto e do espírito, fornecendo à consciência a capacidade de concentração focalizada:

“É o animus, que lança luz sobre as coisas, que torna a mulher capaz de focalizar a sua concentração, que lhe dá a possibilidade de ser objetiva e lhe abre o mundo do conhecimento para seu próprio benefício(...) No mundo de sombras e de verdades cósmicas de um a mulher, ele produz uma concentração de luz que funciona como um foco para seus olhos, e, quando ela olha, pode dizer: Ah, sim, é isto o que eu queria dizer, ou: Oh, não, isto não é absolutamente a minha verdade. É com o auxílio dessa tocha também que ela aprende a dar forma às suas idéias. Ele faz jorrar luz sobre a confusão de palavras que a entrecruzam sob a superfície de sua mente (...), tornando-a capaz de ver o todo, de discernir entre isto ou aquilo (Sanford, 2002, p. 102-103)”.

O *animus* em sua forma negativa afasta as mulheres de qualquer relacionamento, as leva a passividade, uma paralisação profunda de todos os sentimentos, uma profunda insegurança que pode levar a uma sensação de vazio, afastando-a de toda realidade da vida. Nos mitos e contos de fadas, o *animus* negativo aparece como o demônio da morte, fazendo o papel de assaltante ou assassino (Jung, 1977). A história do Barba Azul é um exemplo disso. Ele mata em segredo suas mulheres, sendo uma personificação do predador da psique. Ele representa uma força que vai contra ao que é positivo, em vez de alimentar a luz das forças femininas da psique da mulher, a treina para acreditar que é indefesa, erradicando a sabedoria feminina (Estés, 1999). Neste sentido, pode ser visto, também, como uma “voz autodepreciadora”, que estão embutidos os valores da cultura e religião introjetados no que foi chamado por Freud de superego, ou seja, a censura interna. Dessa forma, essa voz interior das mulheres reproduz o discurso masculino social, fazendo com que ela participe de maneira eficaz na sua própria subjugação (Koss, 2000).

Em várias passagens dos escritos de Jung, os sentimentos de um homem, atributos de sua *anima*, são equiparados aos da mulher, apontando para uma sobreposição do arquétipo *anima* sobre a mulher, e vice-versa. Como toda imagem inconsciente, a anima é projetada, inicialmente, na mãe e, posteriormente, essa imagem é transferida à professora, atriz, namorada, etc. A mulher também projeta o seu *animus*, o primeiro objeto a ser projetado é o pai, posteriormente, é transferido ao professor, um ator, etc (Grinberg, 1997). A projeção é um mecanismo psíquico que

ocorre sempre que um aspecto vital da personalidade, que é desconhecido, é ativado. E quando algo é projetado, as características pessoais são vistas fora de quem as projeta, como se não fizessem parte dela. Desde o princípio da história da humanidade, o *animus* e a *anima*, têm sido projetados em figuras mitológicas, nos deuses e nas deusas que fizeram parte do mundo espiritual; e, também foram projetados nos homens e mulheres vivos. Assim, o homem projetou o arquétipo feminino, *anima*, na mulher, e a mulher o arquétipo masculino, *animus*, no homem; de forma que a mulher carregou para o homem a imagem viva da alma ou faceta feminina dele próprio, e o homem carregou para a mulher a imagem viva do próprio espírito dela (Sanford, 2002). Conseqüentemente, a mulher e o homem se transformaram na fonte de informação sobre as coisas que o homem e a mulher não vêem, mas que estão dentro deles; servindo como um complemento das características que cada um possui na consciência. Portanto, um sempre precisa do outro para “obter” as características que lhes faltam, pois estão guardados na sombra, isto é, estão no inconsciente (Jung, 2001).

Além disso, sempre que uma imagem é projetada, quem carrega a projeção ou é supervalorizado ou é subvalorizado, pois podem ser projetados tanto os aspectos positivos quanto os negativos. Então, essas imagens projetadas possuem um efeito magnético sobre quem as projeta, o que faz com que a pessoa que carrega a projeção atraia ou cause repulsa da mesma forma que um ímã atrai e repele os metais. Diante disso, percebe-se que ao longo da história, as mulheres receberam as projeções positivas e negativas do homem, o que trouxe a desqualificação da mulher, como conseqüência da desvalorização, por parte do homem, de seus aspectos femininos. Pois, além de ser percebida como uma deusa ou demônio para o homem, ela era vista como tendo poder sobre ele, e por isto tinha que ser dominada por ele. Ou seja, a pessoa que recebe uma imagem projetada por outra fica tendo força sobre essa pessoa, porque nela está presente uma parte da psique que não é reconhecido naquele que a projeta (Sanford, 2002).

Porém, a feminilidade inconsciente no homem não é a mesma que a expressão do feminino consciente da mulher:

“(...) A feminilidade de uma mulher mostra uma força e vitalidade, uma presença iniciadora muito mais vívida que a feminilidade da anima de um homem que, apropriadamente, é secundária a seu ego. A feminilidade de uma mulher apresenta maior amplitude e variação, mais flexibilidade e definição que

a função anima a serviço do ego do homem, como passagem para o Self (Ulanov, citada em Koss, 2000, p.198)”.

Mas, uma vez que a feminilidade na mulher foi reprimida, a imagem inconsciente do homem o feminino foi incorporada pelas mulheres, que passaram a se identificar com a função de mediar a consciência e o inconsciente do homem. Portanto, sob essa influência da *anima* do homem, a mulher como objeto das emoções e fantasias masculinas é destinada a corresponder às imagens projetadas por ele (Koss, 2000). Esta perda de algo que faz parte da natureza da mulher, faz com que ela questione sua própria feminilidade e seja “possuída” pelo seu *animus*, na tentativa de se igualar ao homem ; enquanto que para o homem, a perda da energia feminina, faz com que ele relegue os sentimentos as profundezas emocionais da sua personalidade. Como conseqüência, a mulher tomada pelo seu princípio masculino interior corre o risco de perder sua feminilidade, e tudo isso acontece porque ambos não possuem conhecimento de seu mundo interior (Jung, 2001).

Como nenhuma polaridade fica reprimida por muito tempo, o feminino começa a emergir no movimento das mulheres, mostrando a necessidade do despertar de uma nova consciência. No entanto, para que isso realmente ocorra é necessário o reconhecimento dos princípios que cada um possui dentro de si, que são projetados no outro; e assim, pode-se começar a diferenciar o que faz parte da personalidade, trazendo essas projeções para a consciência, ocorrendo a integração destes princípios. A integração do que antes se mantinha reprimido pode, também, alterar os modos pelos quais a masculinidade e a feminilidade se expressam, gerando novos e diferentes padrões éticos, além de uma atitude existencial (Whitmont, 1991):

“(...) Nós nos ajudamos mais quando nos voltamos para a anima e o animus, e não quando fugimos deles; ao nos voltarmos para eles, encarando-os, começamos uma nova evolução psicológica (...) Para o homem, isso pode significar um respeito renovado pelo mundo do coração, pelos relacionamentos, pela alma e pela busca de sentido. Para a mulher, pode significar uma caminhada renovada para o mundo do espírito, da compreensão, e uma nova espécie de envolvimento com o mundo que fica além da família (...) (Sanford, 2002, p. 80)”.

A nova feminilidade requer, para emergir, a auto-afirmação para que seja possível afirmar adequadamente a singularidade dos outros. O que significa, para a mulher, aceitar que sua

natureza é diferente da natureza dos homens, assumindo sua feminilidade. Quando a mulher se assumir como um indivíduo de forma íntegra, ela será capaz de despertar no homem respeito e admiração, e levá-lo a perceber em si mesmo a alma feminina (Whitmont, 1991). Neste sentido, a relação do homem e da mulher precisa passar por uma reformulação para que possa ser possível o “casamento do sol com a lua”, ou seja, dos dois princípios dentro de cada um. Esse encontro ocorrerá quando a mulher, além de aceitar em si os valores femininos, desenvolver o seu princípio masculino a seu próprio modo; podendo reconhecer o homem e sua linguagem. Ele terá que entrar em contato com seu princípio feminino para que possa aceitar, além da mulher dentro de si, a de fora, como sua companheira no universo. O equilíbrio do mundo depende desse casamento interno, quando ele for possível de ser vivido, a relação entre o homem e a mulher será mais rica e criativa (Cavalcanti, 1993).

Conclusão

“(...) Provavelmente a humanidade nunca tenha estado numa posição tão privilegiada como agora; há a disponibilidade de uma idade de ouro de poder mecânico e a possibilidade de uma nova era no sentido dos valores femininos. Estabelecer uma base para o lazer, que o mundo moderno oferece a um grande número de pessoas, foi uma realização nobre. Acrescentar os insights femininos é o próximo passo. (...) Estamos na crista da onda onde o melhor dos dois mundos pode ser conseguido se formos suficientemente sábios (...) (Johnson, 1991, p. 95-96)”.

Há doze mil anos atrás, a sociedade humana era governada pelo princípio feminino, personificado na mulher. Nesta época, o ser humano vivia em contato com a natureza e com o seu interior. Tinha bastante conhecimento dos processos psíquicos, os quais foram deixados para as gerações futuras nos mitos, lendas e rituais. Com o passar do tempo, o homem descobriu que além de usufruir o que a natureza lhe dava, era possível dominá-la. A partir daí, lançou-se as raízes da dominação do princípio masculino e dos homens sobre as mulheres, isto é, do ser humano sobre a natureza. Anos depois, o homem desenvolve a tecnologia, cria as máquinas e reforça esta relação de dominação sobre a natureza, que é utilizada para atender aos seus objetivos, e por isso, não é valorizada. Atualmente, vive-se a revolução do conhecimento e da informação; o que por um lado representa uma evolução intelectual e uma libertação para o homem da época do neolítico, que vivia intensamente do simbólico, dos saberes da natureza e

não tinha espaço para a conquista do mundo. Mas por outro, significou a perda da unicidade da vida, da harmonia de dois princípios universais extremamente essenciais para o mundo, o feminino e o masculino, bem como a diversidade de suas manifestações.

Não se pode negar todas as vantagens que o mundo de hoje trouxe para o cotidiano, porém é questionável o rumo a que essa nova era está levando o ser humano. Vive-se hoje, uma exacerbação do princípio masculino, que é a intensa busca do material, a racionalidade, a objetividade, a fragmentação do mundo em polaridades que não podem coexistir, uma deve ser excluída. Como o mundo necessita das qualidades que o masculino e o feminino possuem, está fazendo falta o cultivo do mundo interior, a busca do significado da vida, o espaço para a ternura e a afetividade, ou seja, do feminino. Um não pode existir sem o outro, os seres necessitam tanto da racionalidade, abertura de caminhos, construção de projetos de vida; quanto da espiritualidade, da intuição, a intimidade, abertura para os sentimentos.

Numa tentativa de resgatar o feminino, que estava reprimido e deveria ser excluído, as mulheres se uniram num movimento que provocou mudanças nos papéis sociais e as transformou em “homens de saias”. Erroneamente, pensou-se que a solução seria igualar-se aos dominadores para não serem mais dominadas. Com isso, elas perderam a identidade e pagaram o preço de se encaixar num mundo que é muito diferente do delas: o de “esquecer” sua verdadeira natureza para serem respeitadas. Mas, como o objetivo das polaridades é sempre voltar à união, o feminino sempre quis emergir na vida dessas mulheres, principalmente na gravidez, onde há uma quebra nesse movimento de busca do masculino, e um chamado para tudo o que há de feminino. O corpo com sua sabedoria as faz entrar em contato com o inconsciente, e com a vida interior. Infelizmente, nem sempre esse chamado é ouvido e muitas mulheres passam por esse período como um empecilho para o trabalho. É muito freqüente, mulheres como estas terem problemas psicossomáticos relacionados ao útero, que é o que a mulher possui de mais feminino; porque no meio masculino ela não pode mostrar suas qualidades femininas, senão não é respeitada. Então seu corpo tenta responder à esse mandato com os cistos, as crises de minorréia, desminorréia, etc...

No entanto, elas só terão essa aceitação, quando se conformarem que são diferentes dos homens e que possuem uma natureza diferente. Quando derem ao feminino seu devido valor, será

restituída a sua dignidade e as mulheres poderão trazer para o domínio público seus valores e saberes femininos. Nesta era, o grande desafio é a restauração dessa dignidade e a convivência dos dois princípios no interior de cada um, para que se instaure no exterior. Para isso se tornar realidade, é necessário o “mergulho” na vida interior, o que significa direcionar a visão, que sempre foi focalizada para fora, para o mundo cotidiano; para dentro do ser humano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BADINTER, E. (1986). Um é o Outro. 5ª edição, Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- BEAUVOIR, S. (1980). Segundo Sexo. V1. 2ª edição, Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- CAMPBELL, J. (1998). O herói de Mil Faces. 8ª edição, São Paulo: Cultrix.
- CAPRA, F. (1995). O Tao da Física. 10ª edição, São Paulo: Cultrix.
- CAVALCANTI, R. (1993). O Casamento do Sol com a Lua. 3ª edição, São Paulo: Cultrix.
- CAVALCANTI, R. (1999). O mundo do Pai: Mitos, símbolos e Arquétipos. 9ª edição, São Paulo: Cultrix.
- ELIADE, M. (1990). Mitos, sonhos e mistérios. 4ª edição, Lisboa: Edições 70.
- ELIADE, M. (1998). Mito e Realidade. 5ª edição. São Paulo: Perspectiva
- ESTÉS, C. P.(1999). Mulheres que correm com os Lobos. Rio de Janeiro: Rocco
- FRANZ, M.L.V. (1990). A Interpretação dos Contos de Fada. São Paulo: Paulus.
- GRINBERG, L.P. (1997). Jung: O Homem Criativo. São Paulo: FTD.
- HARDING, M.E. (1985). Os mistérios da Mulher. São Paulo: Paulus.
- JOHNSON, R.A. (1991). Feminilidade Perdida e Reconquistada. São Paulo: Mercuryo.
- JOHNSON, R.A. (1996). A magia Interior. 10ª edição, São Paulo: Mercuryo.
- JUNG, C.G. (1977). O Homem e seus Símbolos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

- JUNG, C.G. (1999). Psicologia do Inconsciente. VII/1, 8ª edição, Petrópolis: Vozes.
- JUNG, E. (1999 a). Animus e Anima. 12ª edição, São Paulo: Cultrix.
- JUNG, C.G.(2001). O EU e O Inconsciente. VII/2, 15ª edição, Petrópolis: Vozes.
- JUNG, C.G.(2002). O Desenvolvimento da Personalidade. XVII. Petrópolis: Vozes.
- KOSS, M.V. (2000). Feminino+ Masculino: Uma nova Coreografia para a Eterna dança das Polaridades. São Paulo: Escrituras.
- LANE, M. T. & CODO, W. (Orgs).(1999) Psicologia Social: O homem em Movimento. 13ª Edição, São Paulo: Brasiliense.
- MCLEAN, A. (1998). A Deusa Tríplice. 10ª edição, São Paulo: Cultrix.
- MORAES, N.M. (1999). Fica comigo para o café da manhã. São Paulo: Olho D'Água.
- MORAES, N.M. (2001). Contribuições da Psicologia Analítica para o entendimento do amor e Da mulher na Contemporaneidade. Psicologia Argumento, número: 29, Outubro, P. 39-43. Curitiba.
- MURARO, R. M. & BOFF, L. (2002). Feminino e Masculino: Uma nova consciência para o Encontro das diferenças. 4ª edição, Rio de Janeiro: Sextante.
- NEUMANN, E. (1995). História da Origem da Consciência. 10ª edição, São Paulo: Cultrix.
- NEUMANN, E. (1998). A Grande Mãe. 12ª edição, São Paulo: Cultrix.
- NEUMANN, E. (2000). O medo do Feminino. 8ª edição, São Paulo: Cultrix.
- OLIVEIRA, R.D. (1999). Elogio da Diferença: O feminino Emergente. São Paulo: Brasiliense.
- REY, F. G. (2003). Sujeito e Subjetividade. São Paulo: Pioneira Thompson Learning.
- RINNE, O. (1999). Medéia: O direito à Ira e ao Ciúme. 9ª edição, São Paulo: Cultrix.
- SANFORD, J.A. (2002). Os Parceiros Invisíveis. 7ª edição, São Paulo: Paulus.
- SEABRA, Z. & MUSZKAT, T.M. (1995). Identidade Feminina. Petrópolis: Vozes.
- STEVENS, A. (1993). Jung: Vida e Pensamento. 5ª edição, Petrópolis: Vozes.
- SICUTERI, R. (1998). Lilith: A lua negra. 6ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- STREY, M.N. (Orgs). (1997). Mulher: Estudos de Gênero. São Leopoldo: UNISINOS.

WAIBLINGER, A . (1997). A Grande Mãe e a Criança Divina. 12ª edição, São Paulo: Cultrix.

WHITMONT, E. (1991). O retorno da Deusa. 8ª edição, São Paulo: Summus.

WOLF, N. (1992). O mito da Beleza. Rio de Janeiro: Rocco.

YALOM, M. (2002). A História da Esposa: da Virgem Maria à Madonna. Rio de Janeiro: Ediouro.

